

RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 61.585.865/0001-51

NIRE 35.300.035.844

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

**Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 17 de abril de 2024**

15 de março de 2024

RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 61.585.865/0001-51
NIRE 35.300.035.844

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

SUMÁRIO

Mensagem da Administração.....	3
Agenda da Assembleia Geral Ordinária.....	4
Local de Realização da Assembleia	5
Participação na Assembleia.....	6
Estatuto Social da Companhia – Assembleia Geral	8
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	10
(i) Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, publicados na edição do jornal “O Estado de São Paulo” do dia 06 de março de 2024, bem como do parecer do Conselho Fiscal.....	10
(ii) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos intermediários previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como a declaração de dividendos adicionais, para pagamento aos acionistas até o dia 31 de maio de 2024, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório	10
(iii) Fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia.....	11
(iv) Eleição do Conselho Fiscal.....	13
(v) Fixação do limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal	14

Mensagem da Administração

Prezado Acionista,

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), companhia listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão ("B3") tem o prazer de convidá-lo a participar de sua Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia", ou "AGO"), convocada para ser realizada em 17 de abril de 2024, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº3.097, Butantã, na Capital do Estado de São Paulo.

Conforme reportado no Informe de Governança entregue em julho de 2023, e em linha com nosso compromisso de adotar práticas diferenciadas de Governança Corporativa, elaboramos o presente Manual, que tem por objetivo apresentar, de forma clara e sucinta, as propostas a serem discutidas na AGO, assim como os procedimentos necessários para garantir seu comparecimento e participação.

Informamos que estarão presentes na Assembleia, membros da administração, do Conselho Fiscal e da EY Ernst & Young Auditores Independentes.

Informamos, ainda, que, caso ainda exista alguma dúvida em relação às informações divulgadas, esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail juridico.societario@rd.com.br e/ou ri@rd.com.br.

Por fim, a Administração da Companhia esclarece que a AGO será realizada presencialmente no endereço de sua sede, mas destaca que os acionistas que desejarem poderão exercer seu direito de voto remotamente, por meio do boletim de voto à distância, disponibilizado nesta data.

Agenda da Assembleia Geral Ordinária

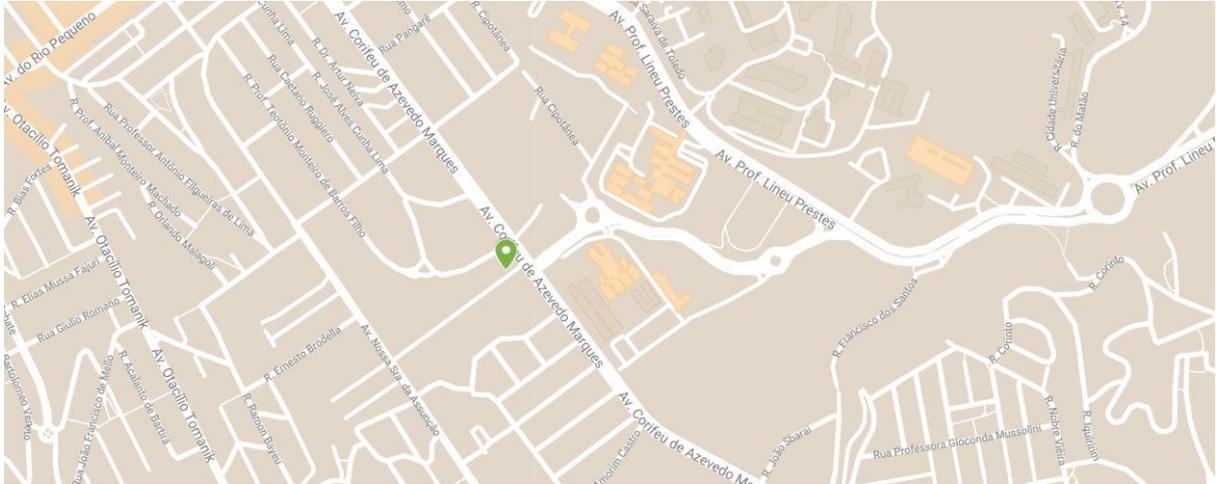
Serão submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas as propostas a seguir apresentadas. Mais informações acerca das propostas encontram-se disponíveis na sessão de anexos deste Manual, no site de Relacionamento com Investidores da Companhia (<https://ri.rd.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br/>).

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, publicados na edição do jornal “O Estado de São Paulo” do dia 06 de março de 2024, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
- (ii) destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos intermediários previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como a declaração de dividendos adicionais, para pagamento aos acionistas até o dia 31 de maio de 2024, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório;
- (iii) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia;
- (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; e
- (v) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Local de Realização da Assembleia

A Assembleia será realizada no dia 17 de abril de 2024, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, Butantã, na Capital do Estado de São Paulo, conforme destacado no mapa abaixo.



Como já mencionado, a AGO será realizada presencialmente no endereço da sede da Companhia, mas a Administração destaca que os acionistas que desejarem poderão exercer seu direito de voto remotamente, por meio do boletim de voto à distância, disponibilizado nesta data.

Caso algum acionista opte por participar presencialmente, recomenda-se que se apresente no local com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos em relação ao horário indicado, de modo a permitir a validação da documentação necessária e o início da AGO no horário indicado.

Participação na Assembleia

Poderão participar na Assembleia todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas da Companhia, pessoalmente ou através de representantes legais e procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia – Itaú Corretora de Valores S.A.

A fim de viabilizar a sua participação na Assembleia, os Acionistas deverão apresentar a seguinte documentação:

- Documento que comprove sua qualidade de acionista, qual seja, comprovante das ações escriturais de sua titularidade expedido pelo agente custodiante (ou o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente, para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas).
- Documentos que comprovem a sua identidade, em via original ou cópia autenticada, quais sejam:

a. Pessoa Física
<ul style="list-style-type: none">○ Documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas)○ Caso representado por procurador^{1,2}, procuração e documento de identidade do procurador
b. Pessoa Jurídica
<ul style="list-style-type: none">○ Estatuto ou Contrato Social consolidado e atualizado○ Caso representado por representante legal, documentos societários que indiquem a sua eleição e documento de identidade com foto do representante○ Caso representado por procurador^{1,3}, procuração e documento de identidade com foto do procurador
c. Fundo de Investimento
<ul style="list-style-type: none">○ Regulamento consolidado do fundo○ Estatuto ou Contrato Social consolidado e atualizado do administrador ou gestor do fundo○ Documento de identidade com foto do representante legal○ Caso representado por procurador, procuração e documento de identidade com foto do procurador
d. Estrangeiros
<ul style="list-style-type: none">○ Mesma documentação aplicável aos Acionistas brasileiros, sendo que os documentos emitidos no exterior, tais como procurações e documentos societários, deverão ser devidamente notariados e apostilados/consularizados, ficando dispensada a tradução juramentada de documentos lavrados em português, inglês ou espanhol ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas

¹ A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico. A Companhia poderá dispensar o reconhecimento de firma, a notarização e a consularização dos documentos apresentados, conforme o caso, assim como a entrega de vias originais para aceitação do Boletim de Voto a Distância, admitindo o envio da referida documentação apenas para o endereço eletrônico indicado nas orientações do Boletim, condicionada à confirmação expressa da Companhia quanto ao recebimento e suficiência de tais documentos.

² O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da data da Assembleia, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos, conforme exigido pelo §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76

³ Em observância à decisão do Processo CVM nº RJ2014/3578, para representação de acionista pessoa jurídica, será aplicada a regra geral de representação do Código Civil Brasileiro. Dessa forma, quaisquer procuradores devidamente constituídos de acordo com a lei e com os estatutos ou contratos sociais das respectivas pessoas jurídicas podem participar da Assembleia Geral ainda que não sejam acionistas, administradores ou advogados

Seguindo a prática adotada nos últimos exercícios sociais, solicitamos que, preferencialmente, cópia da documentação aqui mencionada seja enviada à Companhia por e-mail, podendo também ser encaminhada aos endereços indicados abaixo, até **15 de abril de 2024** conforme orientações abaixo:



Raia Drogasil S.A. | Diretoria Jurídica
Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097
São Paulo – SP, CEP 05339-000



At. Diretoria Jurídica
E-mail: juridico.societario@rd.com.br

O envio prévio da documentação tem como objetivo proporcionar celeridade no cadastramento dos Acionistas e otimizar os trabalhos na Assembleia. Entretanto, o Acionista que comparecer à Assembleia munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

O Acionista poderá optar por exercer seu direito de voto a distância, sem a necessidade, portanto, de comparecer presencialmente na Assembleia ou indicar representante ou procurador para representá-lo.

Para tanto, o Acionista deverá preencher os Boletins de Voto a Distância disponibilizados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e enviá-los à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia. As instruções para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância estão devida e detalhadamente discriminadas no Boletim divulgado pela Companhia.

O Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia e/ou pelo custodiante e/ou pelo escriturador, conforme aplicável, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia (convocadas para o dia 17 de abril de 2024). Boletins recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados. Nos termos da Resolução nº 81 da CVM ("Res. CVM 81"), em até 3 (três) dias contados do recebimento dos Boletins, acusaremos o recebimento de tais documentos e informaremos se haverá necessidade de realizar qualquer tipo de retificação.

Caso o Acionista opte por enviar o Boletim diretamente à Companhia, deverá ser observada a entrega da seguinte documentação adicional: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 40 da Lei nº 6.404/76, para fins de comprovar sua qualidade de acionista (a Companhia poderá dispensar a apresentação do comprovante titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e (ii) documento de identificação, nos termos previstos acima.

Visando facilitar a adoção, pelo Acionista, da alternativa de voto a distância para participação na AGO, a Companhia poderá dispensar o reconhecimento de firma, a notariação e a consularização dos documentos apresentados, conforme o caso, assim como a entrega de vias originais para aceitação do Boletim de Voto a Distância, admitindo o envio da referida documentação apenas para o endereço eletrônico indicado nas orientações do Boletim, condicionado à confirmação expressa da Companhia quanto ao recebimento e suficiência de tais documentos.

Estatuto Social da Companhia – Assembleia Geral

Para facilitar a referência e consulta, destacamos abaixo as regras previstas no Estatuto Social da Companhia relativa à Assembleia Geral. Para acessar a íntegra do Estatuto Social da RD, [clique aqui](#).

Capítulo IV – Assembleia Geral

Artigo 15 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) meses que se seguirem ao término do exercício social, para deliberar matéria que lhe é atribuída por lei e, extraordinariamente, quando convocada pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto Social.

Artigo 16 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo acionista ou administrador da Companhia indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 17 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das S.A. e observado o disposto no parágrafo onze do artigo 24 deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

Parágrafo Segundo - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da respectiva Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das S.A. e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Não obstante as obrigações contidas neste parágrafo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos, pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

Artigo 18 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- d) reformar o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia;
- h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

- i) deliberar sobre o aumento do capital social, fora do limite do capital autorizado, ou redução do capital social, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;
- j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação;
- k) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no artigo 24 deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou das Reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordos de acionistas.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 10, 11, 13 e 15 da Res. CVM 81.

A administração da **RAIA DROGASIL S.A.** apresenta sua proposta (“Proposta”) relativamente às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia a ser realizada, em 17 de abril de 2024, às 15:00 horas, conforme abaixo:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, publicados na edição do jornal “O Estado de São Paulo” do dia 06 de março de 2024, bem como do parecer do Conselho Fiscal

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme divulgadas em 05/03/2024 nos websites da CVM e da B3, através do Sistema Empresas.Net, e também no website da Companhia, e publicadas no jornal “O Estado de São Paulo” em 06/03/2024 (as “Demonstrações Financeiras”).

Nos termos do artigo 10, inciso III da Res. CVM 81, as informações dispostas no **Anexo I** à presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

O Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia manifestaram-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, conforme pareceres divulgados, através do Sistema Empresas.Net, em 05/03/2024.

Adicionalmente, foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, nos termos da Res. CVM 81.

(ii) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos intermediários previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, bem como a declaração de dividendos adicionais, para pagamento aos acionistas até o dia 31 de maio de 2024, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório

Propomos que seja aprovada a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício encerrado em 31/12/2023, nos termos indicados nas Demonstrações Financeiras e detalhados no **Anexo II** a esta Proposta, elaborado em conformidade com o artigo 10, Parágrafo Único, inciso II da Res. CVM 81. O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria da Companhia manifestaram-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, da referida proposta de destinação do lucro líquido, conforme pareceres divulgados, através do Sistema Empresas.Net, em 05/03/2024.

A proposta de destinação do lucro líquido

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 1.054.972.885,49
Realização da Reserva de Reavaliação	R\$ 142.465,01
Dividendos Prescritos em 2023	R\$ 512.832,53
Valor total a ser destinado	R\$ 1.055.628.183,03

Destinações:

Reserva Legal 5% do Lucro Líquido do Exercício	R\$ 52.748.644,27
Juros Sobre Capital Próprio apropriado em 2023 (valor bruto)	R\$ 360.200.000,00

Dividendos Intermediários	R\$ 83.000.000,00
Dividendo Adicional Proposto	R\$ 84.300.000,00
Reserva de Incentivos Fiscais (27,90% do resultado líquido do exercício)	R\$ 294.450.437,44
Reserva Estatutária (17,1% do resultado líquido do exercício)	R\$ 180.929.101,32

Propõe-se que seja atribuído ao dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, (i) as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração em reuniões extraordinárias de (b.1.) 30 de março de 2023, no valor bruto de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), correspondente à R\$ 0,048530597 por ação, sobre o qual é efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, pago aos acionistas em 01 de dezembro de 2023, (b.2.) 30 de junho de 2023, no valor bruto de R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais), correspondente à R\$ 0,0594966458 por ação, sobre o qual é efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, pago aos acionistas em 01 de dezembro de 2023, (b.3) 29 de setembro de 2023, no valor bruto de R\$ 91.100.000,00 (noventa e um milhões e cem mil reais) correspondente à R\$ 0,053138671 por ação, sobre o qual será efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, a ser pago aos acionistas até 31 de maio de 2024 sem acréscimo de correção monetária ou juros, e (b.4.) 01 de dezembro de 2023, no valor bruto de R\$ 87.100.000,00 (oitenta e sete milhões e cem mil reais), correspondente à R\$ 0,050805469 por ação, sobre o qual será efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, conforme aplicável, a ser pago aos acionistas até 31 de maio de 2024 sem acréscimo de correção monetária ou juros; e (ii) a distribuição de dividendos intermediários previamente deliberada pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária de 15 de dezembro de 2023, no valor bruto de R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), correspondente à R\$ 0,048413937 por ação, pago aos acionistas em 28 de dezembro de 2023.

Propõe-se, ainda, a declaração de dividendos adicionais no valor de R\$ 84.300.000,00 (oitenta e quatro milhões e trezentos mil reais), para pagamento aos acionistas até 31 de maio de 2024.

As informações indicadas no Anexo A da Res. CVM 81 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo II** da presente Proposta.

(iii) Fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia

Propomos que a remuneração global dos administradores, a ser paga no exercício social de 2024, seja fixada no montante anual líquido de até R\$ 78.089.366,00 (setenta e oito milhões, oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais). A Companhia destaca que não estão incluídos nesse valor os encargos sociais¹.

Para efeito comparativo da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informou o valor dos encargos e a remuneração total no **Anexo III** a esta Proposta, conforme art. 13 da Res. CVM 81.

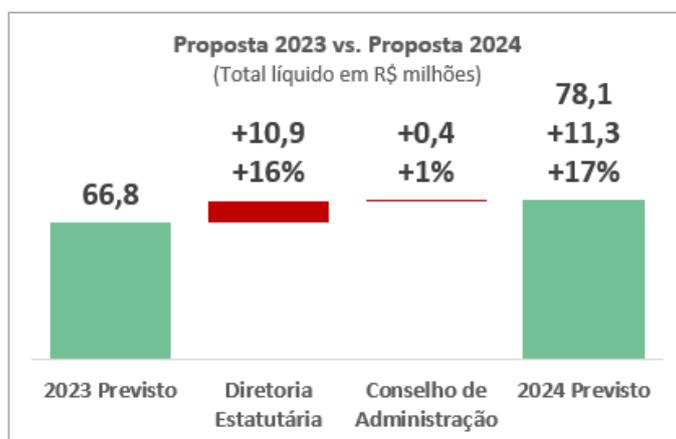
A Administração esclarece que a proposta de remuneração global corresponde a todos os valores a serem concedidos ou pagos no período correspondente de janeiro a dezembro de 2024.

Detalha-se, a seguir, o valor, sem os encargos sociais, da verba proposta:

Administradores	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (Máximo)	Remuneração Baseada em Ações(Máximo)	Benefícios Pós Emprego	TOTAL
Conselheiros	R\$ 10.651.989	R\$0	R\$0	R\$0	R\$ 10.651.989
Diretoria	R\$ 15.522.921	R\$ 23.077.844	R\$ 28.836.612	R\$0	R\$ 67.437.377
TOTAL	R\$ 26.174.910	R\$ 23.077.844	R\$ 28.836.612	R\$0	R\$ 78.089.366

¹ Conforme entendimento do Colegiado da CVM no Processo n° 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, a remuneração global dos administradores deve estar líquida dos encargos sociais de ônus do empregador, que não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei n° 6.404/76

Buscando elucidar eventuais dúvidas, aproveitamos a oportunidade para demonstrar e justificar o comparativo entre o valor líquido que foi aprovado como limite de remuneração anual dos administradores para o exercício social de 2023 e o valor proposto para o exercício social de 2024:



Nota-se acima que o principal acréscimo está localizado na remuneração da Diretoria Estatutária e, conforme detalhado abaixo, alocado principalmente em remuneração variável e remuneração baseada em ações. Tal alocação é uma previsão do máximo que poderá vir a ser pago no tocante a tais remunerações, que são vinculadas ao atingimento de metas:



Como informado, destacamos que tanto a remuneração variável anual quanto a remuneração baseada em ações estão vinculadas ao atingimento de metas de desempenho, visando sustentar a estratégia de longo prazo, com benefícios tanto para a Companhia como também para seus investidores.

Como é notório ao mercado em geral, a nossa Diretoria Estatutária, com média de 18 anos de RD, contribui com uma entrega de valores crescente e consistente ao longo dos anos, apesar de todas as adversidades do contexto político e econômico enfrentado nos últimos 12 anos desde a fusão que resultou na criação da RD.

Este colegiado vem conduzindo os negócios da Companhia com um crescimento consistente desde 2011, aumentando a quantidade de farmácias em 4 vezes, de receita bruta em 8 vezes e de EBITDA ajustado em 10 vezes.

Desta sorte, entendemos que a proposta de remuneração anual dos administradores é adequada e pertinente para estimular a buscarem os melhores resultados e reter os nossos executivos.

Não obstante, primando sempre pela transparência e clareza nas informações, compilamos na tabela abaixo o comparativo da proposta atual de remuneração dos administradores com os valores aprovados e efetivados no exercício social de 2023.

Valor	Aprovado 2023	Efetivo 2023	Proposto 2024
Bruto	R\$ 80.104.592	R\$ 75.190.842	R\$ 93.096.514
Líquido	R\$ 66.753.826	R\$ 62.656.883	R\$ 78.089.366

Podemos ver que para o exercício de 2023, foi aprovada uma proposta de remuneração dos administradores no valor líquido de até R\$ 66.753.826 (sessenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e seis reais) e o valor líquido efetivamente realizado no referido período foi de R\$ 62.656.883 (sessenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e três reais).

A diferença entre o limite de remuneração aprovado para 2023 e o efetivamente realizado, que foi aproximadamente 6% inferior ao limite, é principalmente resultante dos valores pagos a título de remuneração variável aos executivos, conforme demonstra o gráfico abaixo, reforçando que os valores aprovados representam, tanto na proposta de 2023 quanto na proposta de 2024, a possibilidade de atingimento máximo das remunerações variáveis:



Por fim, a Administração informa que as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme art. 13 da Res. CVM 81, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo III** da presente Proposta.

(iv) Eleição do Conselho Fiscal

Propomos que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos, e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas controladores e que sejam eleitos para tais cargos os seguintes candidatos:

Titulares:

- (i) Gilberto Lério;
- (ii) Paulo Sérgio Buzaid Tohmé; e
- (iii) Adeildo Paulino.

Suplentes:

- (i) Flávio da Silveira dos Anjos;
- (ii) Mário Antonio Luiz Corrêa; e
- (iii) Vivian do Valle Souza Leão Mikui

Para eleição de 1 (um) membro titular, e seu respectivo suplente, representante dos acionistas minoritários, a ser decidido em votação em separado, conforme o caso, nos termos do art. 161, §4º, alínea a, da Lei nº 6.404/76, a Administração indica que recebeu a seguinte indicação de candidatos, por parte de acionistas minoritários titulares, nesta data, de quantidade menor do que 1% das ações ordinárias da Companhia:

Indicados por Caixa de Previdência do Banco do Brasil – Previ e Plano de Benefícios 1, em conjunto com do BB BNC Acoes Nossa Caixa Nosso Clube De Investimento, BB Top Multi Moderado Lp Fdo De Invest Mult, BB Top Acoes Indice De Sustentabilidade Empresarial Is Fia, Brasilprev Top A Fundo De Inv De Acoes, BB Top Multi Inst Lp Fi Multimercado, BB Top Acoes Ibovespa Indexado Fi, BB Top Acoes Setorial Consumo Fi, BB Top Acoes

Ibovespa Ativo Fi, BB Previdencia Acoes Ibrx Fundo De Investimento, BB Cap Acoes Fundo De Investimento, BB Acoes Governança Is Fi, BB Previdenciario Multimercado Fi Lp, BB Top Multimercado Asg Fundo De Investimento Longo Prazo, BB Terra Do Sol Fim, BB Cap Ibovespa Indexado Fia, BB Eco Gold Fundo De Investimento Em Acoes, BB Top Dua Strategy Fi, BB Adelino Fi Multimercado Credito Privado Lp, BB Acoes Equidade Is Fi, BB Mar Azul Acoes Fundo De Investimento, BB Etf Ibovespa Fundo De Indice, BB Previdenciario Multimercado Alocação Fi, Brasilprev Top Asg Brasil Is Fia, BB Top Acoes Asg Brasil Is Fia, BB Top Acoes Smart Grafico Fundo De Investimento Em Acoes, Previ Renda Variavel Indevido, BB Pezzonovante Fundo De Investimento Financeiro Em Acoes Re e BB Etf Indice Diversidade B3 Inv Sust Fdo Ind:

Titular: Zeila Thoaldo Canteri

Suplente: Ivanyra Maura de Medeiros Correia

As informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme a Resolução CVM 81, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo IV** da presente Proposta.

(v) Fixação do limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal

Propomos que a remuneração dos conselheiros fiscais corresponda, em média, a 10% (dez por cento) da média da remuneração atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A Administração

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia

(Conforme Artigo 10, III da Resolução CVM nº 81)

Informações do item 2 do Formulário de Referência

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2023, 2.953 farmácias se encontravam em operação, distribuídas entre todas as unidades federativas do Brasil, além de 6 unidades 4Bio. Em 31 de dezembro de 2022, eram 2.697 lojas em operação, além de 5 unidades 4Bio.

A RD é a maior rede de farmácias do país em faturamento e em número de lojas, segundo ranking divulgado em 2023 pela Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias). Os recursos utilizados para a operação das atividades, incluindo a abertura, modernização e manutenção das farmácias são provenientes da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC, perfumaria e, também, da prestação de serviços aos clientes.

Em decorrência da evolução consistente dos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos e da confortável situação de liquidez, acredita-se que a empresa possui sólidas condições patrimoniais e financeiras, necessárias à condução da operação.

Adicionalmente, mantivemos uma situação de liquidez estável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2023, nosso índice de liquidez corrente era de 1,43 comparado a 1,49 no ano de 2022, representando um Redução de 6,0%.

É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2023 o nosso caixa e equivalentes de caixa atingiram R\$ 412.321 mil (dez/22 - R\$ 433.541 mil), enquanto os empréstimos e financiamentos da companhia no mesmo período totalizavam R\$ 3.130.703 mil (dez/22 - R\$ 2.317.904 mil). A geração de caixa das operações financiou quase todo o CAPEX do ano, destinado à abertura de novas farmácias (270 aberturas brutas no período), à reforma de unidades existentes, além de projetos relacionados à tecnologia da informação, à logística e investimentos nas empresas controladas para a criação de um ecossistema de saúde integral e desenvolvimento de novas soluções de fidelização, engajamento e monetização dos clientes.

O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 6.028.301 mil (dez/22 - R\$ 5.402.941 mil), apresentando um aumento de R\$ 625.360 mil ou 11,6%.

A Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo, bem como a necessidade de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. A Administração entende que os níveis atuais dos índices de liquidez estão adequados. A Companhia acompanha o assunto e toma as medidas cabíveis para manter sua boa situação financeira.

Indicador – IFRS 16	2023	2022
Liquidez Corrente ¹	1,43	1,50
Liquidez Geral ²	0,87	0,84

1) Liquidez Corrente¹ = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

2) Liquidez Geral² = (Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível Longo Prazo)

b. estrutura de capital

Nos últimos anos a Companhia vem se financiando, predominantemente, com recursos próprios. Nosso endividamento bruto, ao final de 2023, totalizava R\$ 3.130.703 mil (dez/22 - R\$ 2.317.904 mil) composto principalmente por recursos de longo prazo captados com a emissão de debêntures e um patrimônio

líquido de R\$ 6.028.301 mil (dez/22 - 5.402.941 mil) e um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 412.321 mil (dez/22 - R\$ 433.541 mil), dados em IFRS 16, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Estrutura de Capital (R\$ milhares) – IFRS 16	2023	AV	2022	AV
Capital Próprio (Patrimônio Líquido) ¹	6.028.301	65,82%	5.402.941	69,98%
Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo) ²	3.130.703	34,18%	2.317.904	24,18%
Total	9.159.004	100,00%	7.720.845	100,00%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pela estrutura financeira já relatada, a Administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos os seus compromissos financeiros, bem como atender todas as necessidades de capital de giro e investimentos programados.

Em 31 de dezembro de 2023, o nosso passivo circulante era de R\$ 8.079.497 mil (dez/22 - R\$ 6.367.168 mil), valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$ 11.561.674 mil (dez/22 - R\$ 9.577.068), incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$ 412.321 mil (dez/22 - R\$ 433.541 mil), dados em IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2023, nossa dívida de curto prazo era de R\$ 604.601 mil (dez/22 - R\$ 186.356 mil), enquanto 80,7% do nosso endividamento bruto, R\$ 2.526.102 mil (dez/22 R\$ 2.131.548 mil), tinha vencimento previsto para o longo prazo. Finalmente, vale mencionar que a nossa dívida é composta principalmente de recursos oriundos das debêntures com taxas de juros de mercado atreladas ao CDI.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de liquidez da Companhia é a geração de caixa na operação. Nos últimos dois exercícios sociais, a Companhia obteve recursos por meio de empréstimos e debêntures junto ao mercado financeiro, os quais foram empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimento de curto prazo. Para maiores detalhes, vide item 2.1.f sobre os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos empréstimos e financiamentos incluem os instrumentos descritos na alínea (f) deste item 2.1. Não obstante a existência dos empréstimos e financiamentos descritos a seguir, acreditamos não possuir dependência de recursos advindos de terceiros para o desempenho de nossos negócios, tendo em vista nossa geração de caixa consistente e nossa solidez financeira.

A Companhia contratará novas operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o seu plano de expansão ou com o objetivo melhorar o perfil do endividamento.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos, que montavam R\$3.130.703 mil (dez/22 - R\$2.317.904 mil).

O valor do principal dos empréstimos está denominado em reais, com taxas de juros de mercado atrelada ao CDI mais o spread do banco, R\$ 2.592.379 mil relativos à 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures,

¹ Corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.

² Corresponde à soma do Passivo Circulante e Não Circulante ao final de cada exercício social

R\$ 538.324 mil em empréstimos financeiros diretos – Lei nº 4131. O valor do principal e os juros desses empréstimos são pagos semestralmente, com datas de vencimento entre 2023 e 2030.

As taxas de juros praticadas nas linhas de crédito estão especificadas na tabela abaixo:

Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Valores em R\$ milhares			
Debêntures		2.592.379	1.927.632
2ª Emissão de Debêntures	104,50% do CDI	-	45.943
3ª Emissão de Debêntures - CRIs	98,50% do CDI	256.155	256.264
4ª Emissão de Debêntures	106,99% do CDI	300.921	301.211
5ª Emissão de Debêntures	100,00% do CDI + 1,49% ao ano	528.154	530.393
6ª Emissão de Debêntures - CRIs	100,00% do CDI + 0,70% ao ano	256.088	256.123
7ª emissão de debêntures - CRIs	100,00% do CDI + 0,75% ao ano	539.372	537.698
8ª emissão de debêntures - CRIs - 1ª série	100,00% do CDI + 0,30% ao ano	360.057	-
8ª emissão de debêntures - CRIs - 2ª série	100,00% do CDI + 0,65% ao ano	152.812	-
8ª emissão de debêntures - CRIs - 3ª série	100,00% do CDI + 1,10% ao ano	198.820	-
Empréstimos		538.324	390.272
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4131	100,00% do CDI + 1,30%	100.490	-
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4131	100,00% do CDI + 1,37%	32.451	-
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4131	100,00% do CDI + 1,37%	-	45.414
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4131	100,00% do CDI + 1,42%	41.055	-
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4131	100,00% do CDI + 1,45%	53.398	-
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4131	100,00% do CDI + 1,54%	-	32.552
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4131	100,00% do CDI + 2,61%	310.930	311.974
Outros	100,00% do CDI + 2,95%	-	332
Total		3.130.703	2.317.904
Passivo circulante		604.601	186.356
Passivo não circulante		2.526.102	2.131.548

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações contratuais mencionadas no item (i) acima, não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Administradores da Companhia informam que, nos três últimos exercícios sociais, não houve grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e que o mesmo é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor (Lei nº 11.101/05).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures da Companhia totalizam o montante de R\$ 2.592.379 mil em 2023 (dez/22 R\$ 1.927.632) estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva (“covenants”):

- Dívida Líquida / EBITDA: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

A mensuração dos “covenants” é trimestral e, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve descumprimento às referidas exigências. O não cumprimento dos “covenants” por 2 trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplemento e, conseqüentemente, ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

As debêntures e empréstimos da Companhia possuem outras cláusulas restritivas (“covenants”), conforme constam nas escrituras das debêntures da 2ª Emissão cláusula 6.1 Vencimento Antecipado, 3ª Emissão cláusula Nona - Eventos de Vencimento Antecipado das Debêntures, 4ª Emissão cláusula 6.1 Vencimento Antecipado, 5ª Emissão cláusula Nona - Vencimento Antecipado, 6ª Emissão cláusula Décima - Vencimento Antecipado, 7ª Emissão cláusula Décima - Vencimento Antecipado, 8ª Emissão cláusula Décima - Vencimento Antecipado e Empréstimo Financeiro Direto - Lei nº 4131 cláusula VII Vencimento Antecipado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições financeiras e não financeiras estabelecidas nos contratos, o índice financeiro: Dívida Líquida / EBITDA ficou em 0,74 vezes.

Os contratos financeiros da Companhia possuem cláusulas de *cross default/acceleration*, que permitem aos credores acelerar o vencimento de suas dívidas caso a Companhia ou qualquer Controlada Relevante tenham declarado o vencimento ou se tornem inadimplentes em qualquer obrigação em contratos financeiros cuja valor seja igual ou superior R\$30 milhões, desde que não sanado no prazo de cura estabelecido em cada um dos referidos contratos.

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e dos fluxos de caixa

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Demonstração do Resultado (R\$ milhares) – IFRS 16	2023	AV	2022	AV	AH
Receita líquida de vendas	33.973.790	100,0%	29.067.380	100,0%	16,9%
Custo das mercadorias vendidas	(23.766.426)	70,0%	(20.257.912)	-69,7%	17,3%
Lucro bruto	10.207.364	30,0%	8.809.468	30,3%	15,9%
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	(6.689.275)	-19,7%	(5.805.992)	-20,0%	15,2%
Gerais e administrativas	(1.503.526)	-4,4%	(1.249.847)	-4,3%	20,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais	78.435	0,2%	86.516	0,3%	(9,3%)
Resultado de equivalência patrimonial	(12.509)	0,0%	(821)	0,0%	1.423,6%
	(8.126.875)	-23,9%	(6.970.144)	-24,0%	16,6%
Lucro operac. antes do resultado fin.	2.080.489	6,1%	1.839.324	6,3%	13,1%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	428.735	1,3%	293.586	1,0%	46,0%
Despesas financeiras	(1.292.531)	-3,8%	(939.701)	-3,2%	37,5%
	(863.796)	-2,5%	(646.115)	-2,2%	33,7%

Lucro antes do I.R. e da contribuição social	1.216.693	3,6%	1.193.209	4,1%	2,0%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(314.521)	-0,9%	(210.820)	-0,7%	49,2%
Diferido	184.971	0,5%	32.579	0,1%	467,8%
	(129.550)	-0,4%	(178.241)	-0,6%	(27,3%)
Lucro líquido do exercício	1.087.143	3,2%	1.014.968	3,5%	7,1%
Atribuível a Acionista da Companhia	1.054.973	-	996.112	-	-
Participação de Não Controladores	32.170	-	18.856	-	-

Receita líquida de vendas

Encerramos 2023 com R\$ 33.973.790 mil de receita líquida, um aumento de 16,9% em relação ao ano anterior (R\$ 29.067.380 mil em 2022). Esta variação é decorrente da maturação das farmácias abertas nos últimos anos, bem como da expansão orgânica da Companhia com abertura de 270 farmácias, e 16 encerramentos de farmácias em 2023.

Custo das mercadorias vendidas

Em 31 de dezembro de 2023 registramos R\$ 23.766.426 mil de custos das mercadorias vendidas, um aumento de 17,3% em relação ao exercício anterior (R\$ 20.257.912 mil em 2022). Da mesma forma que o observado na receita líquida de vendas, este aumento de R\$ 3,508.514 mil é decorrente do aumento na quantidade de farmácias em operação e do aumento de vendas das farmácias já existentes.

Lucro bruto

Registramos um lucro bruto de R\$ 10.207.364 mil em 2023 (R\$ 8.809.468 mil em 2022). O lucro teve um crescimento de 15,9% com margem bruta de 30,0%, uma redução de 0,3 ponto percentual quando comparado a 2022.

(Despesas) receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 registramos R\$ 8.126.875 mil de despesas totais (R\$ 6.970.144 mil em 2022). Aumento de R\$ 1.156.731 mil ou 16,6%, em decorrência do crescimento quantitativo de farmácias e dos investimentos voltados para a estrutura administrativa da Companhia.

Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2023 registramos R\$ 863.796 mil de resultado financeiro negativo (R\$ 646.115 mil negativos em 2022). Aumento de R\$ 217.681 mil ou 33,7%, este aumento é decorrente principalmente pela variação na taxa de juros.

Imposto de renda e contribuição social

Registramos uma redução de R\$ 48.691 mil na conta de Imposto de Renda e Contribuição Social, passando para R\$ 178.241 mil em 2022 para R\$ 129.550 em 2023, resultante do aumento nos ganhos auferidos com os benefícios fiscais do ICMS relacionados a subvenção para investimentos em determinados Estados.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 1.087.143 mil em 2023 (R\$ 1.014.968 mil em 2022). O lucro teve um crescimento de 7,1% com margem líquida de 3,2%, uma redução de 0,3 ponto percentual.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações dos fluxos de caixa (R\$ milhares)	dez/23	dez/22	AH
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Antes do I.R e da C.S.L.L.	1.216.693	1.193.209	2,0%
Ajustes			
Depreciações e amortizações	1.707.296	1.515.538	12,70%

Plano de remuneração com ações restritas, líquido	33.215	22.604	46,9%
Juros sobre opções de compra de ações adicionais	33.486	26.769	25,1%
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	68.430	29.233	134,1%
Provisão para demandas judiciais	268.582	64.670	315,3%
Provisão para perdas nos estoques	(1.322)	27.084	(104,9) %
(Reversão) provisão para perdas de créditos esperadas	12.781	7.245	76,4%
(Reversão) provisão para encerramento de farmácias	(2.208)	(1.072)	106,0%
Despesas líquida de juros com empréstimos	347.217	274.962	26,3%
Despesas de juros - Arrendamentos	330.782	258.640	27,9%
Amortização de custo de transação de debêntures e notas promissórias	5.302	4.639	14,3%
Resultado de equivalência patrimonial	12.509	(820)	(1625,5%)
Desconto sobre locação de imóveis	(73)	(1.105)	(93,4%)
	4.032.690	3.421.596	17,9%

Variações nos ativos e passivos

Clientes e outras contas a receber	(788.191)	(583.602)	35,1%
Estoques	(1.069.936)	(1.035.341)	3,3%
Outros ativos circulantes	(188.823)	12.121	(1657,8%)
Ativos no realizável a longo prazo	(104.223)	(69.140)	50,7%
Fornecedores	694.460	728.351	(4,7 %)
Fornecedores - Risco sacado	2.453	(116.815)	(102,1%)
Fornecedores - FIDC	143.242	-	100,0%
Salários e encargos sociais	74.769	141.268	(47,1%)
Impostos, taxas e contribuições	(122.396)	(160.200)	(23, 6%)
Outras obrigações	(107.425)	137.575	(178,1%)
Aluguéis a pagar	9.461	10.985	(13,9%)

Outros

Juros pagos	(328.894)	(258.674)	27, 1%
I.R e Contribuição Social Pagos	(68.659)	(233.175)	(70,6%)
Juros pagos - Arrendamentos	(330.782)	(258.640)	27,9%
Demandas Judiciais - pagas	(62.419)	(54.185)	15,2%
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.785.327	1.682.124	6,1%

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aquisição e aporte de capital em investidas, líquida de caixa obtido na aquisição	-	(40.000)	(100,00%)
Caixa adquirido em combinação de negócios	256	-	(100,00%)
Ativos líquidos adquiridos em combinação de negócios	(2.952)	-	(100,00%)
Aquisições de imobilizado e intangível	(1.304.581)	(1.188.782)	9,7%
Recebimentos por vendas de imobilizados	154	131	17,6%
Empréstimos concedidos a controladas	-	(800)	(100,00%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.307.123)	(1.229.451)	6,3%

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Empréstimos e financiamentos tomados	1.058.865	1.460.248	(27,5%)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(269.691)	(668.493)	(59,7%)
Pagamentos de arrendamentos	(822.697)	(842.923)	(2,4%)
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(465.901)	(324.082)	43, 8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(499.424)	(375.250)	33,1%
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes	(21.220)	77.423	(127,4%)

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	433.541	356.118	21,4%)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	412.321	433.541	(4,9%)

Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa

Apresentamos uma redução líquido de Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 21.220 mil quando comparada a geração líquida de caixa de R\$ 412.321 mil realizada em 2023 com os R\$ 433.541 mil gerados em 2022, uma redução de 4,9%.

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 1.785.327 mil em 31 de dezembro de 2023, apresentando um acréscimo de R\$ 103.203 mil ou 6,1% quando comparado ao montante de R\$ 1.682.124 mil em 31 de dezembro de 2022. As principais variações foram:

- (i) o aumento de R\$23.484 mil ou 1,9% no lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, que passaram de R\$ 1.193.209 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.216.693 mil em 31 de dezembro de 2023, os principais eventos que justificam esta oscilação positiva foram descritos nas explicações da Demonstração de Resultado;
- (ii) o acréscimo de R\$ 191.758 mil em depreciação e amortização, que passaram de R\$ 1.515.538 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.707.296 mil em 31 de dezembro de 2023 em consequência dos investimentos pela expansão;
- (iii) aumento de R\$ 72.255 mil em despesa líquida de juros com empréstimos, que passaram de R\$ 274.962 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 347.217 mil em 31 de dezembro de 2023, este aumento é decorrente principalmente pela variação na taxa de juros;
- (iv) com o aumento de 16,9% das vendas líquidas realizadas em 2023 quando comparado ao ano de 2022, o saldo do contas a receber é positivamente afetado, resultando em uma oscilação no fluxo de caixa de R\$ 204.589 mil ou 35,1%, quando comparado aos R\$ 788.191 mil de 31 de dezembro de 2023 em variações nos ativos – clientes e outras contas a receber frente aos R\$ 583.602 mil de 31 de dezembro de 2022.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 1.307.123 mil em 31 de dezembro de 2023, apresentando um acréscimo de R\$ 77.672 mil ou 6,3% quando comparado ao montante de R\$ 1.229.451 mil em 31 de dezembro de 2022. A principal variação observada foi o acréscimo de R\$ 155.799 mil em aquisições de imobilizado e intangível que foi de R\$ 1.188.782 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.304.581 mil em 31 de dezembro de 2023.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 499.424 mil em 31 de dezembro de 2023, apresentando um aumento de R\$ 124.174 mil ou 33,1% quando comparado ao montante de R\$ 375.250 mil em 31 de dezembro de 2022. A oscilação mais significativa foi a redução de R\$ 401.383 mil em empréstimos e financiamentos tomados que foi de R\$ 1.460.248 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.058.865 mil em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos (marca e genéricos), *over the counter* (OTC), não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos e

dermocosméticos) e serviços. Para efeito de análises gerenciais, a Companhia segrega suas principais receitas de vendas da seguinte forma:

Composição da Receita (R\$ milhares)	2023	2022
Marca (% Receita Varejo)	41,5%	41,9%
Genéricos (% Receita Varejo)	11,9%	11,6%
OTC (% Receita Varejo)	20,8%	22,4%
Perfumaria (% Receita Varejo)	25,5%	23,9%
Serviços (% Receita Varejo)	0,3%	0,2%
Total Varejo	33.476.275	29.104.625
Empresas controladas e ajustes de consolidação	2.873.171	1.845.939
Total Geral	36.349.446	30.950.564

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Panorama Setorial:

O Brasil vivencia um processo de envelhecimento populacional, com reflexos no setor da saúde. Entre 2000 e 2023, o mercado farmacêutico brasileiro cresceu 13% ao ano (CAGR), atingindo um patamar de aproximadamente R\$ 186 bilhões a preços de fábrica, segundo a IQVIA. Com o avanço do envelhecimento da população, acreditamos que haverá aumento na demanda por medicamentos.

Embora sejamos líderes do setor, encerramos o 4T23 com apenas 16,1% de participação, havendo ainda oportunidade de crescimento e consolidação. Com maior escala de compra e capacidade de diluir despesas, mantemos diferenciais competitivos em relação aos concorrentes menores.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

Aumentamos nosso *guidance* de abertura de lojas em 2023 para 270, realizado integralmente. Encerramos 14 lojas, terminando o período com 2.953 farmácias em operação. Além disso, investimentos feitos no desenvolvimento dos canais digitais resultaram em um crescimento de 57,5% da venda desses meios, que atingiu a marca de R\$ 5,1 bilhões em 2023, conferindo conveniência para nossos clientes, aliado ao maior engajamento.

Sobre modificações de preços

Negociamos constantemente com os fornecedores contratos de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica e o prazo de pagamento.

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão interministerial responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil e a Anvisa que exerce o papel de Secretaria-Executiva da Câmara. O CMED estabelece limites para preços de medicamentos, adota regras que estimulam a concorrência no setor, monitora a comercialização e aplica penalidades quando suas regras são descumpridas. No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas diretamente dos fabricantes, e as condições comerciais são negociadas entre as partes a preço de mercado.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Visto que todos os nossos passivos e despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de

câmbio Real x Dólar. Entretanto, a taxa de câmbio pode afetar o custo de nossos fornecedores, que podem repassar parte da elevação de seus custos através da redução de descontos comerciais praticados ao varejo.

Da mesma forma, o aumento da inflação pode ocasionar um aumento de custos das mercadorias. Para produtos que não estão sujeitos ao controle de preço federal, em momentos de grande pressão inflacionária, buscamos sempre negociar com nossos parceiros comerciais aumentos razoáveis e equilibrados de forma a causar o menor impacto possível na demanda.

O aumento da taxa de juros pode impactar negativamente a capacidade dos fornecedores de nos oferecerem prazos de pagamento estendidos e, assim, prejudicar nosso ciclo de caixa.

Estamos sujeitos às leis federais que impõem controle de preços sobre a maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos. Esse controle de preço pode resultar em um menor lucro do que produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo alterará os controles de preço no futuro, o que poderia nos afetar adversamente.

2.3. Os diretores devem comentar

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não existem normas, orientações ou pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023. A RD decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Nos últimos três exercícios sociais, os relatórios dos auditores independentes foram emitidos sem modificação, ou seja, não apontaram ressalvas ou ênfases.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não foi introduzido ou alienado um segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 27 de fevereiro de 2023 a Companhia, por sua controlada Healthbit., concluiu a aquisição de 100% da participação acionária da Infectoria Serviços Médicos Ltda. (“Infectoria”). A Infectoria é uma empresa que presta diversos tipos de serviços médicos especializados em controle de infecção hospitalar, gestão e assistência em saúde empresarial. Os serviços prestados consistem basicamente em teleconsulta, treinamentos, palestras, cursos, soluções digitais para resolução de problemas de saúde e consultoria em geral.

Em 28 de fevereiro de 2023 a Companhia, por sua controlada Manipulaê., concluiu a aquisição de 100% da participação acionária da Pharmaperez – Farmácia e Manipulação Ltda. – Biocell (“Biocell”). A Biocell tem como objeto social a prestação de serviços de manipulação de fórmulas e o comércio de produtos farmacêuticos.

Em 13 de junho de 2023, a Companhia constituiu uma nova empresa no Grupo, com a denominação RD Log Ltda. (“RD Log”), com o principal objetivo de ampliar a oferta de serviços logísticos aos sellers do marketplace.

Em 02 de outubro de 2023, a Companhia adquiriu 100,00% de participação societária da empresa Kymberg Farmacêutica do Brasil Ltda. (“Kymberg”), que atua na área farmacêutica.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais ao longo do último exercício social além dos eventos já demonstrados no item “b” acima.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis:

A Companhia divulga a medição não contábil LAJIDA, ou EBITDA em inglês. O EBITDA foi de R\$ 2.673,0 em 2023 (equivalente a 7,4% da Receita Bruta) e R\$ 2.318,8 em 2022 (equivalente a 7,5% da Receita Bruta), dados em IAS 17.

Já o EBITDA ajustado foi de R\$ 2.603,2 em 2023 (equivalente a 7,2% da Receita Bruta) e R\$ 2.262,1 em 2022 (equivalente a 7,3% da Receita Bruta), dados em IAS 17.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

O quadro a seguir apresenta nos últimos dois exercícios sociais o nosso EBITDA.

Consolidado (R\$ milhões) – IAS 17	2023	2022
Lucro líquido	1.151,0	1.029,2
Resultado financeiro líquido	550,3	401,0
Depreciação e amortização	799,7	701,1
Imposto de renda e contribuição social	161,4	185,9
Equivalência patrimonial	10,6	1,5
EBITDA	2.673,0	2.318,8
Margem EBITDA	7,4%	7,5%
Receitas / Despesas Não Recorrentes ¹	-69,7	-56,6
EBITDA ajustado	2.603,2	2.262,1
Margem EBITDA ajustada	7,2%	7,3%
Receita bruta de vendas	36.349,4	30.950,6

¹ Não Recorrentes

2023: Registramos em 2023 um total de R\$ 69,7 milhões em receitas não recorrentes líquidas. Isso inclui R\$ 9,8 milhões em investimentos sociais e doações, R\$ 38,0 milhões em baixas de ativos, principalmente pelo fechamento de lojas, além de R\$ 5,8 milhões em outros itens não recorrentes. Em 30/11/2023, o STF restabeleceu a cobrança do DIFAL para 2022, que gerou no 4T23 uma despesa tributária não recorrente de R\$ 61,0 milhões na 4Bio. Essa despesa foi mais do que compensada por outros ganhos, resultando em receitas líquidas por efeitos tributários de anos anteriores de R\$ 123,3 milhões no ano. Vale ressaltar que essa cobrança retroativa do DIFAL na 4Bio não gerará desembolso de caixa ou impacto na dívida líquida, uma vez que constituímos depósitos em juízo que não eram considerados como caixa no cálculo da alavancagem financeira.

2022: Registramos em 2022 um total de R\$ 56,6 milhões em receitas não recorrentes líquidas. Isso inclui R\$ 8,8 milhões em investimentos sociais e doações, R\$ 28,0 milhões em baixas de ativos, principalmente pelo fechamento de lojas, além de R\$ 93,5 milhões em receitas líquidas por efeitos tributários de anos anteriores e outros itens não recorrentes.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tratam-se de medições elaboradas por nossa administração, conciliadas com observância das disposições da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 e conciliada com as demonstrações financeiras da companhia, consistindo no lucro líquido do exercício, acrescido de imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido e das depreciações e amortizações.

Consideramos que a apresentação do EBITDA é útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão do nosso desempenho econômico operacional, bem como na comparação com a de outras companhias.

O EBITDA não deve ser considerado um substituto do lucro, ou da receita operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A companhia entende que o EBITDA Ajustado facilita a avaliação e projeção dos resultados futuros, utilizando-se de números consistentes e desconsiderando eventos pontuais ocorridos em um determinado período.

As informações incluídas neste item 2.5 foram preparadas com base nas demonstrações financeiras da companhia e devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/ptbr>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (https://b3.com.br/pt_br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.rd.com.br/>) na aba “Informações Financeiras” e “Central de Resultados”.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 15 de fevereiro de 2024, a controlada 4Bio Medicamentos S.A., realizou a operação de empréstimos do produto 4131 no valor de R\$ 50.000, remuneração a EUR, com vencimento em fevereiro de 2025. No mesmo dia foi contratada uma operação de Swap para a operação deste empréstimo, no mesmo valor total de R\$ 50.000 e vencimento em fevereiro de 2025, e alterando para CDI acrescidos de 1,35% ao ano.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

Exercício Social encerrado em 31/12/2023	
a) regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e o pagamento do dividendo obrigatório, seja destinado a reserva estatutária, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia. Observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social.
a.i) valores das retenções de lucros	Em 17 de abril de 2024, será realizada Assembleia Geral Ordinária na qual propõe-se aos acionistas da Companhia aprovar a destinação relativa ao lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, de modo que a) R\$52.748.644,27 para Conta da Reserva Legal; b) R\$180.929.101,32, para a Conta da Reserva Estatutária; c) R\$294.450.437,44 para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais.

a.ii) percentuais em relação aos lucros totais declarados	Aos acionistas da Companhia propõe-se aprovar em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 17 de abril de 2024, o percentual do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 de 5% do lucro líquido seja destinado para Conta da Reserva Legal; e 17,15% do lucro líquido do exercício para a Conta da Reserva Estatutária.
b) regras sobre distribuição de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.
c) periodicidade de distribuição de dividendos	O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio é realizado habitualmente duas vezes ao ano, em dezembro do próprio ano e em maio do ano subsequente.
d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve restrição à distribuição de dividendos no último exercício social.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui a política de destinação de resultados aprovada em reunião do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2017, podendo ser consultada no sítio eletrônico da CVM e no de Relações com investidor.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet* item), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iii. contratos de construção não terminada

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia de forma significativa.

b. natureza e o propósito da operação

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia de forma significativa.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia de forma significativa.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2023, foram investidos R\$ 1.234,4 milhões, sendo R\$ 461,3 milhões destinados à abertura de novas farmácias, R\$ 182,2 milhões para a reforma de unidades existentes e R\$ 590,9 milhões em projetos de infraestrutura. Os investimentos em infraestrutura incluíram R\$ 372,3 milhões em projetos de tecnologia, R\$ 167,0 milhões em logística e R\$ 51,6 milhões em outros projetos.

Por fim, foram investidos R\$ 72,7 milhões em empresas coligadas com a finalidade de construir nosso ecossistema de saúde integral.

Projetos (R\$ milhões)	2023	2022
Expansão da rede	461,3	431,8
Reforma de lojas	182,2	166,4
Infraestrutura	590,9	422,4
Capex	1.234,4	1.020,6
Investimentos nas coligadas	72,7	146,9
Investimentos total	1.307,0	1.167,5

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com bancos e emissão de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimento relevante no último exercício social e nem previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, qualquer aquisição relevante de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, além dos já descritos no item acima, que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não possuímos pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Anúncio, em 2020, da nova estratégia composta pela Nova Farmácia, pautada na experiência multicanal do cliente, que conta com um marketplace de produtos de saúde e bem-estar, ampliando o sortimento de itens oferecidos pela rede, e pela Plataforma de Saúde, que conecta a Nova Farmácia com serviços focados na saúde e bem-estar dos clientes, como os serviços farmacêuticos oferecidos nos hubs de saúde. Nesse mesmo ano, em outubro, a Companhia constituiu a RD Ventures, plataforma de Corporate Venture Capital da RD com o objetivo de investir em startups, trazendo negócios que complementam a estratégia da companhia.

Essa Estratégia é de longo prazo e continua ao longo do ano atual.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não desenvolvemos novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia entende que ações relacionadas aos tópicos ASG facilitam a perenidade do negócio e, assim, busca ativamente realizar avanços relacionados à sustentabilidade de maneira objetiva.

Em evento promovido em maio de 2021, anunciamos nossa agenda de Compromissos de Sustentabilidade, um programa executivo com metas a serem alcançadas até 2030, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e organizadas nos pilares Pessoas + Saudáveis, Negócios + Saudáveis e Planeta + Saudável. Com isso, visamos ser o grupo que mais contribui para uma sociedade mais saudável no Brasil até 2030.

Essas metas podem ser consultadas em nossa página na internet através do endereço abaixo:

<https://rd.com.br/sustentabilidade/compromissos-2030/>

Já o acompanhamento das realizações de cada ano pode ser feito através dos Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, disponíveis na internet através do endereço abaixo:

<https://rd.com.br/sustentabilidade/indicadores-e-relatorios/>

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II
Proposta de Destinação do Lucro Líquido
(Conforme Artigo 10, Par. Único, II da Resolução CVM nº 81)
Informações do Anexo A da Resolução nº 81

1. Lucro Líquido do Exercício: R\$ 1.054.972.885,49

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Descrição	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)	IRRF (R\$)	Valor Líquido (R\$)
Juros s/ capital próprio	30/03/2023	01/12/2023	0,048530597	80.000.000,00	11.278.122,64	68.721.877,36
Juros s/ capital próprio	30/06/2023	01/12/2023	0,0594966458	102.000.000,00	14.045.234,28	87.954.765,72
Juros s/ capital próprio	29/09/2023	Até 31/05/2024	0,053138671	91.100.000,00	12.538.878,45	78.561.121,55
Juros s/ capital próprio	01/12/2023	Até 31/05/2024	0,050805469	87.100.000,00	12.060.814,75	75.039.185,25
Dividendos Intermediários	15/12/2023	28/12/2023	0,048413937	83.000.000,00	-	83.000.000,00
Montante Global:				443.200.000,00	49.923.050,12	393.276.949,88

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

	2021	2022	2023
Percentual do lucro líquido do exercício distribuído líquido de IRRF	45,06%	37,79%	37,26%

4. Montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foram, nem há, proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Descrição	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)	IRRF (R\$)	Valor Líquido (R\$)
Dividendos Adicionais	17/04/2023	Até 31/05/2024	0,049150927	84.300.000,00	Não Aplicável	84.300.000,00

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Se aprovado na assembleia, o pagamento dos dividendos adicionais será efetivado em dinheiro, em parcela única, até 31/05/2024

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá atualização.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data que será utilizada para identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento do dividendo adicional a ser declarado na Assembleia será 17/04/2024.

6. Declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela item 'b' abaixo

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Descrição	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Bruto (R\$)	IRRF (R\$)	Valor Líquido (R\$)
Juros s/ capital próprio	30/03/2023	01/12/2023	0,048530597	80.000.000,00	11.278.122,64	68.721.877,36
Juros s/ capital próprio	30/06/2023	01/12/2023	0,0594966458	102.000.000,00	14.045.234,28	87.954.765,72
Juros s/ capital próprio	29/09/2023	Até 31/05/2024	0,053138671	91.100.000,00	12.538.878,45	78.561.121,55
Juros s/ capital próprio	01/12/2023	Até 31/05/2024	0,050805469	87.100.000,00	12.060.814,75	75.039.185,25
Dividendos Intermediários	15/12/2023	28/12/2023	0,048413937	83.000.000,00	-	83.000.000,00
Montante Global:				443.200.000,00	49.923.050,12	393.276.949,88

7. Tabelas comparativas indicando, indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro Líquido
2021	R\$ 751.934.421,37
2022	R\$ 996.112.461,74
2023	R\$ 1.054.972.885,49

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Remuneração				
Exercício	Classe e espécie de ação	Dividendo	Juros sobre Capital Próprio	Total
2021	ON	R\$161.000.000,00	R\$ 205.000.000,00	R\$ 366.000.000,00
2022	ON	R\$ 186.500.000,00	R\$ 312.000.000,00	R\$ 498.500.000,00
2023	ON	R\$ 167.300.000,00	R\$ 360.200.000,00	R\$ 527.500.000,00

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Aprovado em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Juros s/capital próprio	2021	ON	05/03/2021	R\$ 0,026664992	R\$ 44.000.000,00
Juros s/capital próprio	2021	ON	18/06/2021	R\$ 0,030300099	R\$ 55.000.000,00
Juros s/capital próprio	2021	ON	09/11/2021	R\$ 0,032176601	R\$ 53.000.000,00
Juros s/capital próprio	2021	ON	03/12/2021	R\$ 0,035212130	R\$ 58.000.000,00
Dividendos Intermediários	2021	ON	09/11/2021	R\$ 0,072852683	R\$ 120.000.000,00
Dividendos Intermediários	2021	ON	03/12/2021	R\$ 0,024891333	R\$ 41.000.000,00
Total:					R\$ 366.000.000,00

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Aprovado em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Juros s/ capital próprio	2022	ON	30/03/2022	R\$ 0,040054682	R\$ 66.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2022	ON	30/06/2022	R\$ 0,044909795	R\$ 74.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2022	ON	30/09/2022	R\$ 0,049764908	R\$ 82.000.000,00
Dividendos Intermediários	2022	ON	30/09/2022	R\$ 0,065240581	R\$ 107.500.000,00
Juros s/ capital próprio	2022	ON	02/12/2022	R\$ 0,054619930	R\$ 90.000.000,00
Total:					R\$ 419.500.000,00

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Aprovado em	Valor Bruto por Ação	Montante Global
Juros s/ capital próprio	2023	ON	30/03/2023	R\$ 0,048530597	R\$ 80.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2023	ON	30/06/2023	R\$ 0,059496645	R\$ 102.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2023	ON	29/09/2023	R\$ 0,053138671	R\$ 91.100.000,00
Juros s/ capital próprio	2023	ON	01/12/2023	R\$ 0,050805469	R\$ 87.100.000,00
Dividendos Intermediários	2023	ON	15/12/2023	R\$ 0,048413937	R\$ 83.000.000,00
Total:					R\$ 443.200.000,00

8. Destinação de lucros para reserva legal:

- Montante destinado a reserva legal: R\$ 52.748.644,27
- Detalhar a forma de cálculo da reserva legal: A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

No estatuto está assim previsto o cálculo do dividendo obrigatório: "Artigo 21, b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório, que não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A."

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório será pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

	2023
Lucro Líquido do Exercício (a)	R\$ 1.054.972.885,49

Realização da reserva de reavaliação no Exercício	R\$ 142.465,01
Dividendos prescritos no Exercício	R\$ 512.832,53
Lucro Acumulado a Destinar	R\$ 1.055.628.183,03
Reserva Legal	(R\$ 52.748.644,27)
Reserva de Incentivos Fiscais	(R\$ 294.450.437,44)
Dividendo Prescrito em 2023 (exclusão da base do dividendo mínimo)	(R\$ 512.832,53)
Base de Cálculo do Dividendo mínimo obrigatório (b)	R\$ 707.916.268,79
Dividendo Mínimo Obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	R\$ 176.979.067,20
Juros sobre o Capital Próprio Proposto (c)	R\$ 360.200.000,00
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(R\$ 49.923.050,12)
Remuneração Líquida de Imposto de Renda retida na fonte	R\$ 310.276.949,88
Dividendos Intermediários (d)	R\$ 83.000.000,00
Dividendo adicional proposto (d)	R\$ 84.300.000,00
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	R\$ 350.520.932,8
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo ((c+d) ÷ b)	74,51%
% distribuído sobre o lucro líquido do exercício ((c+d) ÷ a)	50,00%

Observação: os Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Intermediários são atribuídos ao Dividendo Obrigatório.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reserva estatutária:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

No estatuto está assim prevista a constituição da reserva estatutária: “Artigo 21, c) importância equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.”

b. Identificar o montante destinado à reserva

Montante destinado à reserva estatutária: **R\$ 180.929.101,32**

c. Descrever como o montante foi calculado

A reserva estatutária foi calculada em valor equivalente a 17,1% do lucro líquido do exercício, portanto, dentro do limite estatutário.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Montante destinado à reserva de incentivos fiscais: **R\$ 294.450.437,44**

b. Explicar a natureza da destinação

A reserva de incentivos fiscais foi constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, tendo em vista que a Companhia possui benefícios fiscais de ICMS nos Estados de Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei complementar 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei 12.973/2014.

ANEXO III

Proposta de Remuneração dos Administradores

(Conforme Artigo 13, da Resolução CVM nº 81)

Informações do item 8 do Formulário de Referência

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração para a Diretoria Estatutária da Companhia foi aprovada, por meio de procedimento formal e transparente, com a recomendação do Comitê de Pessoas em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2021, podendo ser consultada no site eletrônico da Companhia (<https://ri.rd.com.br>) e da CVM. Essa política tem como premissa a padronização de normas e procedimentos de remuneração, servindo de norte profissional e impessoal nas tomadas de decisões, com o intuito de:

- Atrair, desenvolver e reter os profissionais com real capacidade de atender as necessidades e prioridades da Companhia frente ao mercado
- Administrar e controlar as despesas com pessoas
- Estabelecer as posições necessárias à Companhia frente à compatibilidade entre as atividades realizadas, formação exigida e experiências obrigatórias
- Fixar pró-labores consistentes e competitivos

A prática de remuneração da Companhia para a Diretoria Estatutária e não Estatutária está alinhada às práticas de mercado (pesquisas de mercado em comparação com empresas do mesmo segmento, porte, faturamento, entre outros) e sistema de gestão e governança corporativa. A estratégia de remuneração enfatiza nosso compromisso de atrair e reter bons executivos, incluindo salários competitivos, participação nos lucros e incentivos de longo prazo.

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e alinhamento estratégico da Companhia, para todos os órgãos descritos exceto membros do Conselho Fiscal com base na Lei.

Os membros do Conselho de Administração são remunerados com base em pesquisas de mercado, realizada por consultorias especializadas, possuem uma remuneração fixa mensal e uma remuneração adicional quando há participação em comitês, tudo dentro dos limites aprovados na Assembleia Geral de Acionistas.

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados com base na Lei da Sociedade Anônima, Lei 6.404 art.162, §3º.

A remuneração dos membros dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuem uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são conduzidas pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Pessoas e de consultorias especializadas. Sendo que cabe ao Comitê de Pessoas realizar o levantamento de informações e comparativos de práticas de mercado, juntamente com a consultoria especializada, para apresentação do tema ao Conselho com o objetivo de discutir e revisar a metodologia de remuneração da Companhia em reuniões periódicas destinadas ao tema.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado (seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuem uma composição de remuneração equilibrada), que abrangem companhias do varejo e de outros setores, feitas por consultorias especializadas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração rediscute periodicamente a Política e as práticas de remuneração da Companhia, incluindo a sua aderência com as pesquisas de mercado.

c. composição da remuneração

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- *Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:*

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado. Os honorários são iguais para todos os membros com exceção dos honorários do presidente do Conselho que são diferenciados visto às suas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração participantes dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração possuem uma remuneração fixa pela sua participação em cada Comitê.

Diretoria Estatutária: Os membros da diretoria estatutária recebem honorários fixos mensais, além de benefícios diretos e indiretos (tais como assistência médica, assistência odontológica extensível aos dependentes e seguro de vida) dentro dos padrões de mercado, bem como bonificações de acordo com as avaliações dos resultados alcançados, cujos objetivos são gerar alinhamento e competitividade com o mercado. Os membros da diretoria estatutária também podem receber remuneração baseada em ações

e remuneração variável, atrelada a metas de curto, médio e longo prazos. As gratificações e o plano de ações têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

A remuneração fixa exerce o papel de alinhamento ao mercado para que os executivos foquem no exercício de suas atividades. A remuneração variável de curto, médio e longo prazo é atrelada aos resultados obtidos, de modo que os executivos sejam recompensados por isso, inclusive, quando houver a superação.

Conselho Fiscal: Os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa equivalente a, pelo menos, 10% (dez por cento) da remuneração atribuída a um diretor, considerando-se, para o cálculo, a média da remuneração mensal dos diretores.

- *Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:*

	2021	2022	2023
Diretoria Estatutária			
- Honorários Fixos Anual	30%	24%	22%
- Benefícios Diretos e Indiretos	1%	1%	1%
- Outros (INSS)	5%	5%	4%
- Remuneração Variável Anual	29%	30%	34%
- Remuneração Baseada em Ações	35%	40%	39%
- Benefícios Pós Emprego	0%	0%	0%
Diretoria não Estatutária			
- Honorários Fixos Anual	45%	44%	38%
- Benefícios Diretos e Indiretos	5%	4%	3%
- Outros (INSS e FGTS)	17%	18%	15%
- Remuneração Variável Anual	16%	17%	20%
- Remuneração Baseada em Ações	17%	17%	24%
- Benefícios Pós Emprego	0%	0%	0%
Conselho de Administração			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%
Conselho Fiscal			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%
Comitês			
- Honorários Fixos	100%	100%	100%

- *Sua metodologia de cálculo e de reajuste:*

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, sempre dentro do limite aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. Os valores da remuneração variável, aplicáveis à diretoria estatutária, são determinados em função do orçamento e de sua execução.

A remuneração dos administradores, incluindo membros dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuem uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

- *Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.*

Para a remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e não utiliza indicadores de desempenho específicos. A remuneração variável possui componentes de avaliação com respectivos indicadores:

1. Metas da Companhia (financeiras, clientes, engajamento e sustentabilidade);
2. Metas de área (específicas de cada área);
3. Metas individuais (avaliação de desempenho/sucesso); e

O componente de metas socioambientais leva em consideração metas relacionadas ao desenvolvimento dos compromissos de estratégia 2030 da RD. A cada ano, priorizamos de 3 a 4 compromissos e definimos metas intermediárias de atingimento.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

Adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto, como de longo prazo). A existência da prática de remuneração variável, inclusive a de remuneração baseada em ações, permite o compartilhamento do risco e de nosso resultado com nossos principais executivos, características de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros, que viabilizem a nossa perpetuidade, bem como a criação de valor refletida na cotação de mercado de nossas ações.

iii. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia não possui membros não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia esclarece que o número total de membros e o número de membros remunerados de cada órgão foi obtido com base na média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais.

2024 - Prevista*	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	11,00	8,00	4,00	23,00
Número de Membros Remunerados	11,00	8,00	4,00	23,00
Remuneração Fixa Anual:	10.651.989	15.522.921	752.905	26.927.815
Honorários	5.208.645	15.021.607	752.905	20.983.158
Benefícios Diretos e Indiretos	0	501.314	0	501.314
Por Participação em Comitês	5.443.344	0	0	5.443.343
Outros**	0	0	0	0
Remuneração Variável Anual:	0	23.077.844	0	23.077.844
Bônus	0	23.077.844	0	23.077.844
Participação nos resultados	0	0	0	0
Por participações em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros**	0	0	0	0
Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0	0	0	0
Remuneração Baseada em Ações	0	28.836.612	0	28.836.612
Total	10.651.989	67.437.377	752.905	78.842.271

Os números da tabela acima tiveram os centavos arredondados para facilitar a interpretação.

* Conforme proposta da Administração de remuneração global anual dos administradores. Estes valores se referem ao valor máximo previsto, a ser pago apenas caso todas as metas sejam atingidas em seu percentual máximo de atingimento.

** O valor referente a encargos sociais não foi informado neste item por conta do entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP. Para efeito comparativo da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informou o valor dos encargos no item 8.20 abaixo.

2023	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	11,00		8,00	4,00	23,00
Número de Membros Remunerados	11,00		8,00	4,00	23,00
Remuneração Fixa Anual:	9.610.634		14.400.378	686.522	24.697.534
Honorários	4.740.728		13.977.257	686.522	19.404.506
Benefícios Diretos e Indiretos	0		423.121	0	423.121
Por Participação em Comitês	4.869.907		0	0	4.869.908
Outros**	0		0	0	0
Remuneração Variável Anual:	0		13.746.625	0	13.746.625
Bônus	0		13.746.625	0	13.746.625
Participação nos resultados	0		0	0	0
Por participações em reuniões	0		0	0	0
Comissões	0		0	0	0
Outros**	0		0	0	0
Benefícios Pós Emprego	0		0	0	0
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0		0	0	0
Remuneração Baseada em Ações	0		24.899.246	0	24.899.246
Total	9.610.634		53.046.249	686.522	63.343.406

Os números da tabela acima tiveram os centavos arredondados para facilitar a interpretação.

2022	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	11,00		8,00	4,00	23,00
Número de Membros Remunerados	11,00		8,00	4,00	23,00
Remuneração Fixa Anual:	8.573.217		12.819.391	618.400	22.011.008
Honorários	4.281.169		12.461.449	618.400	17.361.018
Benefícios Diretos e Indiretos	0		357.942	0	357.942
Por Participação em Comitês	4.292.048		0	0	4.292.047
Outros**	0		0	0	0
Remuneração Variável Anual:	0		10.301.066	0	10.301.066
Bônus	0		10.301.066	0	10.301.066
Participação nos resultados	0		0	0	0
Por participações em reuniões	0		0	0	0
Comissões	0		0	0	0
Outros**	0		0	0	0
Benefícios Pós Emprego	0		0	0	0
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0		0	0	0
Remuneração Baseada em Ações	0		20.490.749	0	20.490.749
Total	8.573.217		43.611.206	618.400	52.802.823

Os números da tabela acima tiveram os centavos arredondados para facilitar a interpretação.

2021	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	10,50		8,00	4,00	22,50
Número de Membros Remunerados	10,50		8,00	4,00	22,50
Remuneração Fixa Anual:	7.757.125		11.759.835	550.401	20.067.361
Honorários	3.816.650		11.339.540	550.401	15.706.591
Benefícios Diretos e Indiretos	0		420.295	0	420.295
Por Participação em Comitês	3.940.475		0	0	3.940.475
Outros**	0		0	0	0
Remuneração Variável Anual:	0		7.232.295	0	7.232.295
Bônus	0		7.232.295	0	7.232.295
Participação nos resultados	0		0	0	0
Por participações em reuniões	0		0	0	0

2021	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Comissões	0		0	0	0
Outros**	0		0	0	0
Benefícios Pós Emprego	0		0	0	0
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0		0	0	0
Remuneração Baseada em Ações	0		13.163.593	0	13.163.593
Total	7.757.125		32.155.723	550.401	40.463.249

Os números da tabela acima tiveram os centavos arredondados para facilitar a interpretação.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (R\$ mil):

2024 – Prevista	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	11,00		8,00	4,00	23,00
Número de Membros Remunerados	11,00		8,00	4,00	23,00
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-		21.551.154	-	21.551.154
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-		14.367.436	-	14.367.436
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-		-	-	-
Participação no Resultado					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-		-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-		-	-	-

2023	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	11,00		8,00	4,00	23,00
Número de Membros Remunerados	11,00		8,00	4,00	23,00
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-		16.757.587	-	16.757.587
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-		13.171.725	-	13.171.725
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-		13.746.625	-	13.746.625
Participação no Resultado					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-		-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-		-	-	-

2022	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	11,00		8,00	4,00	23,00
Número de Membros Remunerados	11,00		8,00	4,00	23,00
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-		15.552.117	-	15.552.117
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-		10.368.078	-	10.368.078
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-		10.301.066	-	10.301.066
Participação no Resultado					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-		-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-		-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-		-	-	-

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	10,50	8,00	4,00	22,50
Número de Membros Remunerados	10,50	8,00	4,00	22,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	14.995.937	-	14.995.937
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	9.997.291	-	9.997.291
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	7.232.295	-	7.232.295
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Plano aprovado em 2014: O Plano vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014 (“Plano”). Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os diretores estatutários e não estatutários e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de Pessoas. Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia alienará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá condicionar a outorga de uma parcela de Ações Restritas ao investimento por parte do Beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, sendo que tais Ações Restritas também deverão estar sujeitas às regras de aquisição de direito estabelecidas.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita a lei e regulamentação em vigor, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada. Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente as Ações Restritas.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: O Plano vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2020 (“Plano”). Poderão ser eleitos como Beneficiários do Plano de Outorga de Ações Restritas, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, diretores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob o seu controle.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo na administração do Plano, cabendo, no entanto, qualquer decisão ao Conselho de Administração. Obedecidas as condições gerais do Plano, o Conselho de Administração tem poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas, observados os termos gerais do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as metas e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas nos termos do presente Plano, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente, observados os termos e princípios deste Plano e o disposto nos respectivos Contratos de Outorga; (c) a autorização para transferência de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas, nos termos do Plano e da Resolução CVM 77, ou, na hipótese de não haver ações em tesouraria, liquidar a obrigação de entrega das Ações Restritas em dinheiro; (d) definir o WACC a ser incluído em cada Contrato de Outorga, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos; e (e) tomar quaisquer providências necessárias para a administração do Plano. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e neste Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Beneficiários que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Os Beneficiários não poderão alienar, transferir, vender, alugar, onerar ou de qualquer forma negociar com 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas recebidas da Companhia pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de transferência das Ações Restritas pela Companhia ao Beneficiário (“Lock-Up”). Decorrido esse período de Lock-Up, as referidas Ações Restritas passarão a ser livres e desembaraçadas de quaisquer restrições, podendo o Beneficiário livremente negociar tais ações. O Beneficiário deverá manter as Ações Restritas junto ao banco escriturador e fora do ambiente de negociação da B3 e, na medida do possível, as referidas ações deverão ser gravadas junto ao banco escriturador para prever o Lock-Up. A Companhia poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de cumprimento da obrigação de Lock-Up pelo Beneficiário e exigir a adoção de determinados procedimentos que viabilizem o acompanhamento e controle do Lock-Up. Para que não parem dúvidas, na hipótese de Desligamento do Participante, por qualquer motivo, após o recebimento das Ações Restritas, a parcela das Ações Restritas sujeita ao Lock-Up permanecerá sujeita ao Lock-Up.

b. data de aprovação e órgão responsável

Plano aprovado em 2014: Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2014.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2020.

c. número máximo de ações abrangidas

Plano aprovado em 2014: O número máximo de ações que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, sendo que tal limite será utilizado em período não inferior a 5 (cinco) anos.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas (“Performance Shares”), ações de emissão da Companhia representativas de até 2% (dois por cento) do capital social da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano aprovado em 2014: O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

e. condições de aquisição de ações

Plano aprovado em 2014: Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Anualmente, o Conselho de Administração da Companhia definirá os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas as Ações Restritas e a quantidade alvo de Ações Restritas que será outorgada a cada Beneficiário (“Quantidade Alvo”), sendo que o direito do Beneficiário de efetivamente receber as Ações Restritas outorgadas somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante o período de 4 (quatro) anos contados a partir da data de outorga das Ações Restritas (“Período de Carência”); e (b) o preço de cotação da ação da Companhia na B3 (ponderada pelo volume de negociação) nos 90 (noventa) pregões anteriores ao último dia do Período de Carência deverá ser superior a 90% (noventa por cento) do Preço de Referência, corrigido pelo WACC ajustado para refletir a distribuição de dividendos e JCP realizados no Período de Carência. “Preço de Referência” corresponderá à média de cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociação) nos 90 (noventa) pregões anteriores a 01 de janeiro do ano em que ocorrer a outorga da Quantidade Alvo.

Caso as condições constantes nos itens (a) e (b) acima sejam cumpridas, o Beneficiário fará jus a um percentual da Quantidade Alvo outorgada, a depender do quadrante de atingimento da meta constante no item (b) acima, conforme matriz abaixo. Em qualquer hipótese, a quantidade máxima de Ações Restritas a que o Beneficiário fará jus não poderá superar 120% (cento e vinte por cento) da Quantidade Alvo outorgada.

Preço da ação ao final do Período de Carência Vs. Preço de Referência, ajustado pelo WACC	Percentual da Quantidade Alvo a que o Beneficiário fará jus
Menor que 90%	0%
Entre 90% e 94,99%	70%
Entre 95% e 99,99%	85%
Entre 100% e 104,99%	100%
Entre 105% e 110%	105%

Acima de 110%

120%

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano aprovado em 2014: O Plano prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, preço de exercício.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações Restritas estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano aprovado em 2014: Assim como descrito no item 8.1, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado para comparação de práticas, inclusive prazos de remuneração, para fins de competitividade do pacote de remuneração.

Adicionalmente, os prazos estão atrelados às estratégias de retenção dos executivos.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Não aplicável. O Plano de Outorga de Ações Restritas estabelece que, quando superado o Período de Carência descrito no Plano de Outorga de Ações Restritas, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem pagamento de qualquer preço de exercício.

h. forma de liquidação

Plano aprovado em 2014: As ações outorgadas pelo plano, uma vez que cumpridas todas as exigências previstas no contrato firmado entre a Companhia e o executivo, são transferidas, da tesouraria para o executivo.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas, a Companhia transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da resolução CVM 87. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das ações restritas em dinheiro.

i. restrições à transferência das ações

Plano aprovado em 2014: Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Os Beneficiários não poderão alienar, transferir, vender, alugar, onerar ou de qualquer forma negociar com 50% (cinquenta por cento) das Ações Restritas recebidas da Companhia pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de transferência das Ações Restritas pela Companhia ao Beneficiário (“Lock-Up”). Decorrido esse período de Lock-Up, as referidas Ações Restritas passarão a ser livres e desembaraçadas de quaisquer restrições, podendo o Beneficiário livremente negociar tais ações.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano aprovado em 2014: Alteração: Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano. Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral da Companhia.

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: O Plano de Outorga de Ações Restritas poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sendo certo que as outorgas de Ações Restritas realizadas anteriormente à extinção do Plano de Outorga de Ações permanecerão em vigor. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável à Companhia poderá ensejar a revisão integral do Plano de Outorga de Ações Restritas.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano aprovado em 2014: Se, a qualquer tempo, o Beneficiário desligar-se da Companhia:

(i) por iniciativa própria ou (ii) por justa causa: Os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

(iii) por demissão sem justa causa: Os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos seguirão os prazos previstos no Plano, podendo ser exercidos de forma antecipada a critério do Conselho de Administração.

(iv) por aposentadoria, morte ou invalidez permanente: Os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos do Plano serão exercidos de forma antecipada

Plano aprovado em 2020 – Performance Shares: Se, a qualquer tempo, o Beneficiário desligar-se da Companhia:

(i) (a) por vontade própria, por meio de demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador; ou (b) por vontade da Companhia, por (b.1) meio de demissão por justa causa nos termos da legislação em vigor ou (b.2) destituição do seu cargo de administrador por justo motivo decorrente de (i) violação dos seus deveres ou atribuições legais e/ou estatutários, (ii) rescisão motivada do contrato que regule o vínculo entre a Companhia e o Beneficiário; (iii) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (iv) prática de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas sociedades controladas; (v) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de suas sociedades controladas; (vi) assédio ou violação grave das políticas e códigos da Companhia: o Beneficiário perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas outorgadas e ainda não recebidas da Companhia, restando automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário, de modo que as Ações Restritas serão automaticamente canceladas; (ii) por vontade da Companhia, por meio de demissão sem justa causa ou sem que o administrador tenha incorrido em qualquer evento que resulte em destituição por justo motivo ou demissão por justa causa nos termos do item (i) acima: o Beneficiário fará jus a receber, ao final do Período de Carência, uma quantidade pro rata da Quantidade Alvo de Ações Restritas outorgado nos termos do respectivo Contrato de Outorga, proporcional ao número de dias decorridos durante o Período de Carência, na proporção de $X/1460$, onde “X” é o número de dias decorridos entre a data de início do Período

de Carência e a data do Desligamento, sendo certo, no entanto, que a quantidade efetiva de Ações Restritas que o Beneficiário terá direito de receber dependerá do atingimento da meta de desempenho constante do item 8.1(b) do Plano de Outorga de Ações Restritas, conforme matriz de desempenho constante do item 8.1 do Plano de Outorga de Ações Restritas, a qual será aplicada sobre a Quantidade Alvo pro rata a que o Beneficiário tem direito.

Quaisquer frações de ações serão arredondadas para cima e o Beneficiário somente receberá as referidas Ações Restritas a que tem direito na mesma data inicialmente prevista no Contrato de Outorga e no Plano, isto é, após o decurso do Período de Carência, observadas as deduções e retenções legais, conforme disposto no item 11.7 do Plano de Outorga de Ações Restritas; (iii) em virtude de aposentadoria do Beneficiário: caso a Companhia e o Beneficiário concordem que o Desligamento está se dando por aposentadoria do Beneficiário, o Beneficiário fará jus a receber (a) no prazo de até 60 (sessenta) dias contados na data de formalização do seu Desligamento, 50% (cinquenta por cento) da Quantidade Alvo de Ações Restritas outorgado nos termos do respectivo Contrato de Outorga, de modo que 50% (cinquenta por cento) da Quantidade Alvo outorgada ao Beneficiário se tornará imediatamente vestida, independentemente do decurso do Período de Carência; e (b) após um período de 12 (doze) meses contados da data de formalização do seu Desligamento, 50% (cinquenta por cento) da Quantidade Alvo outorgada nos termos do respectivo Contrato de Outorga, desde que o Beneficiário cumpra com as obrigações de não competição e não aliciamento a serem fixadas no instrumento que regule o seu Desligamento. Nessa hipótese, não será aplicada a condição de performance constante do item 8.1(b) acima, de modo que a quantidade de Ações Restritas a ser entregue será equivalente à Quantidade Alvo, observadas as deduções legais, conforme disposto no item 11.7 do Plano de Outorga de Ações Restritas; (iv) por motivo de falecimento ou invalidez permanente: o Beneficiário ou seu espólio ou seu(s) herdeiro(s), conforme aplicável, fará jus a receber a totalidade da Quantidade Alvo outorgada nos termos do respectivo Contrato de Outorga, de modo que as Ações Restritas outorgadas ao Beneficiário se tornarão imediatamente vestidas, independentemente do decurso do Período de Carência, devendo a Companhia entregar as referidas Ações Restritas no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do seu Desligamento. Na hipótese aqui prevista, não será aplicada a condição de performance constante do item 8.1(b) do Plano de Outorga de Ações Restritas, de modo que a quantidade de Ações Restritas a ser entregue será equivalente à Quantidade Alvo, observadas as deduções legais.

Não obstante o disposto no item 8.1 do Plano de Outorga de Ações Restritas, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão melhor atendidos por tal medida, estabelecer regras diversas das previstas no item 8.1 acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que não cause prejuízo ao Beneficiário em questão.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os planos de remuneração baseada em ações contemplam a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

	2021	2022	2023	2024 Prevista
Diretoria Estatutária				
Nº total de membros	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	8	8	8	8

Somente os membros da Diretoria Estatutária possuem remuneração variável baseada em ações.

Não há diluição em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários uma vez que são outorgas ações já em tesouraria da Companhia.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. data de outorga;
- e. quantidade de ações outorgadas;
- f. prazo máximo para entrega das ações;
- g. prazo de restrição à transferência das ações;
- h. valor justo das ações na data da outorga;
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

Sobre o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23 de abril de 2014. Abaixo temos as informações pertinentes às outorgas realizadas dos 3 últimos exercícios sociais e as previstas para o exercício social corrente, efetuadas para membros de sua diretoria estatutária:

	2021				2022				2023				2024 - Previsto			
	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total
Nº total de membros	8				8				8				8			
Nº membros remunerados	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Data de outorga	01/03/2021	01/03/2021	01/03/2021	-	01/03/2022	01/03/2022	01/03/2022	-	01/03/2023	01/03/2023	01/03/2023	-	01/03/2024	01/03/2024	01/03/2024	-
Quantidade de ações outorgadas	147.096	147.096	147.096	441.288	178.319	178.319	178.319	534.957	249.541	249.541	249.541	748.623	216.661	216.661	216.659	649.981
Prazo máximo para entrega de ações	01/03/2023	01/03/2024	01/03/2025	-	01/03/2024	01/03/2025	01/03/2026	-	01/03/2025	01/03/2026	01/03/2027	-	01/03/2026	01/03/2027	01/03/2028	-
Prazo de restrição à transferência das ações	01/03/2023	01/03/2024	01/03/2025	-	01/03/2024	01/03/2025	01/03/2026	-	01/03/2025	01/03/2026	01/03/2027	-	01/03/2026	01/03/2027	01/03/2028	-
Valor justo das ações na data de outorga	22,72	22,72	22,72	-	23,9	23,9	23,9	-	23,9	23,9	23,9	-	29,00	29,00	29,00	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	3.342.021	3.342.021	3.342.021	10.026.063	4.261.824	4.261.824	4.261.824	12.785.472	5.966.085	5.966.085	5.966.085	17.898.232	6.283.169	6.283.169	6.283.111	18.849.449

Sobre o Programa Performance Shares com Ações aprovado em 15 de setembro de 2020. Abaixo temos as informações pertinentes às outorgas realizadas dos 3 últimos exercícios sociais e as previstas para o exercício social corrente, efetuadas para membros de sua diretoria estatutária:

	Performance Shares:			
	Outorga 2021	Outorga 2022	Outorga 2023	Outorga 2024 - Previsto
Nº total de membros	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	8	8	8	8
Data de outorga	01/01/2021	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2024
Quantidade de ações outorgadas*	320.804	396.816	451.561	387.658
Prazo Máximo para entrega das ações	01/01/2025	01/01/2026	01/01/2027	01/01/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	01/01/2026	01/01/2027	01/01/2028	01/01/2029
Valor justo das ações na data de outorga	33,99	31,18	31,18	31,18
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	10.904.128	12.372.723	14.079.672	12.087.176

*As quantidades de ações outorgadas foram ajustadas para refletir os efeitos da bonificação de ações ocorrida em 2023.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- f. órgão;**
- g. número total de membros;**
- h. número de membros remunerados;**
- i. número de ações;**
- j. preço médio ponderado de aquisição;**
- k. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas;**
- l. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.**

A Companhia esclarece que somente a Diretoria Estatutária tem remuneração baseada em ações. Sobre o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23 de abril de 2014:

Ano Vested	Realizado 2021	Realizado 2021	Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2022	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2023	Realizado 2023
Ano das outorgas vested	2017	2018	2019	2018	2019	2020	2019	2020	2021
	3ª Tranche	2ª Tranche	1ª Tranche	3ª Tranche	2ª Tranche	1ª Tranche	3ª Tranche	2ª Tranche	1ª Tranche
Nº total de membros	7	7	7	7	7	7	8	8	8
Nº de membros remunerados	7	7	7	7	7	7	8	8	8
Nº de ações	394.740	116.800	218.425	116.755	218.422	195.489	218.419	195.488	147.528
Preço médio ponderado das ações adquiridas*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	23,23	23,23	23,23	23,36	23,36	23,36	22,68	22,68	22,68
multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas <small>(2, 3 e 4)</small>	9.169.810	2.713.264	5.074.013	2.727.397	5.102.338	4.566.623	4.953.743	4.433.668	3.345.935

*Informação ajustada conforme orientação no Ofício Circular da SEP para 2024, no qual consta que para "preço médio ponderado de aquisição" deve ser considerado o valor a ser pago pelo beneficiário para receber as ações da outorga. Nos termos do contrato de outorga da Companhia, uma vez satisfeitas as condições existentes, as ações são transferências, sem custo, para os beneficiários.

18.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações. Informações pertinentes, indicadas abaixo.

- a. modelo de precificação;
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;
- d. forma de determinação da volatilidade esperada;
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Sobre o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23 de abril de 2014, o preço de referência por ação restrita, para fins de determinação da quantidade alvo que será outorgada para cada Beneficiário será equivalente à média da cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociações) nos últimos trinta pregões que antecederem a outorga.

Sobre o Programa Performance Shares com Ações aprovado em 15 de setembro de 2020, dado que o pagamento será realizado mediante o atingimento de metas de preço por ação, para determinação do valor justo das ações realizamos uma simulação de probabilidades pela aplicação do Método de Monte Carlo (“Simulação de Monte Carlo – SMC”). Foram realizadas 10.000 simulações considerando as premissas abaixo:

	Outorga 2021	Outorga 2022	Outorga 2023
Data de Outorga	jan/21	jan/22	jan/23
Data de Vested	jan/24	jan/25	jan/26
St - Preço de referência	R\$ 24,21	R\$ 23,80	R\$ 22,62
u - %WACC	12,00%	13,80%	15,60%
q - Dividend Yield%	0,95%	0,95%	0,95%
r(T-t) - Rf	5,64%	10,51%	11,65%
d – Volatilidade*	32,41%	33,78%	34,05%
Variância/2	5,25%	5,70%	5,80%
Valor Justo	R\$ 33,99	R\$ 31,18	R\$ 31,18

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam

detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Emitidos pela Companhia:

Órgão*	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração	46.851.958,00	3%
Diretoria Estatutária	35.175.922,00	2%
Conselho Fiscal	10.465,00	0%

* Posição em 31 de dezembro de 2023

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não possuímos plano de previdência conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15. Remuneração Máxima, Mínima e Média

2024 - Previsto (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número Total de Membros	8	11	4
Número de Membros Remunerados	8	11	4
Valor da maior remuneração	19.257.051,39	1.802.537,42	188.226,25
Valor da menor remuneração	5.252.365,41	402.820,42	188.226,25
Valor médio da remuneração	8.429.672,13	968.362,64	188.226,25

Obs: Estes valores se referem à remuneração a ser paga caso todas as metas sejam atingidas em seu percentual máximo; Valor da menor remuneração exclui membros que exercerão a função por menos de 12 meses.

2023 (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número Total de Membros	8	11	4
Número de Membros Remunerados	8	11	4
Valor da maior remuneração	13.538.516,96	1.665.693,88	171.630,50
Valor da menor remuneração	3.921.236,46	367.153,84	171.630,50
Valor médio da remuneração	6.630.781,13	873.694,00	171.630,50

2022 - (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número Total de Membros	8	11	4
Número de Membros Remunerados	8	11	4
Valor da maior remuneração	11.738.155	1.581.750	154.600
Valor da menor remuneração	3.097.631	329.862	154.600
Valor médio da remuneração	5.451.401	779.383	154.600

2021 - (R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número Total de Membros	8	10,5	4
Número de Membros Remunerados	8	10,5	4
Valor da maior remuneração	10.980.753	1.619.830	137.600
Valor da menor remuneração	2.142.988	309.750	137.600
Valor médio da remuneração	4.019.465	738.774	137.600

Obs: Valor da menor remuneração exclui membros que exerceram a função por menos de 12 meses

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Remuneração 2021	Remuneração 2022	Remuneração 2023	Remuneração 2024 previsto
Diretoria Estatutária	29%	30%	31%	29%
Conselho de Administração	52%	49%	48%	47%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Os membros do Conselho de Administração que compõem os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração recebem remuneração adicional pela participação.

	2021	2022	2023	2024 previsto
Conselho de Administração	3.940.475,00	4.292.047,30	4.869.906,50	5.443.343,41
Diretoria Estatutária	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros

do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal teve a remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas.

8.20. Outras informações relevantes

Ano	Encargos Sociais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
2024	Remuneração fixa anual - INSS	2.130.398	3.104.584	150.581	5.385.563
	Remuneração variável anual - INSS	0	9.772.166	0	9.772.166

Ano	Encargos Sociais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
2023	Remuneração fixa anual - INSS	1.922.127	2.795.204	137.304	4.854.635
	Remuneração variável anual - INSS	0	7.816.628	0	7.816.628

2022	Remuneração fixa anual - INSS	1.714.643	2.492.176	123.680	4.330.499
	Remuneração variável anual - INSS	0	5.335.815	0	5.335.815

2021	Remuneração fixa anual - INSS	1.551.425	2.267.859	110.080	3.929.364
	Remuneração variável anual - INSS	0	3.708.798	0	3.708.798

ANEXO IV
Informações sobre membros do Conselho Fiscal Indicados
 (Conforme Artigo 11 da Resolução CVM nº 81)
 Informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

Item 7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar, em forma de tabela: (a) nome; (b) data de nascimento (c) profissão; (d) CPF/MF ou número do passaporte; (e) cargo eletivo ocupado; (f) data de eleição; (g) data da posse; (h) prazo do mandato; (i) indicação se foi eleito pelo controlador ou não; (j) se é membro independente e, em caso positivo, qual o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; (k) caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.

Conselho Fiscal. A Proposta da Companhia é eleger 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos indicados pelos acionistas controladores.

Os acionistas minoritários também propuseram eleger 1 (um) membro adicional titular e 1 (um) membro adicional suplente, as quais constam indicadas na tabela abaixo:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador	Data de Início do Primeiro Mandato
Paulo Sérgio Buzaid Tohmé	28/12/1967	Advogado	143.925.478-84	Membro titular do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Sim	11/04/2011
Gilberto Lerio	26/08/1950	Contador	269.714.378- 53	Membro titular do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Sim	09/10/1995
Adeildo Paulino	04/10/1958	Contador	953.644.398-87	Membro titular do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Sim	14/04/2022
Zeila Thoaldo Canteri	12/06/1973	Contadora	856.866.039-87	Membro titular do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Não	17/04/2024
Flávio da Silveira dos Anjos	16/08/1978	Administrador de empresas	175.790.198-17	Membro suplente do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Sim	17/04/2024
Vivian do Valle Souza Leão Mikui	03/04/1962	Advogada	088.036.718-03	Membro suplente do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Sim	08/04/2020
Ivanyra Maura de Medeiros Correia	23/10/1967	Engenheira de produção	009.092.797-48	Membro suplente do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Não	17/04/2024
Mário Antonio Luiz Corrêa	29/12/1944	Contador e administrador de empresas	063.857.108- 15	Membro suplente do Conselho Fiscal	17/04/2024	18/04/2024	Até a AGO de 2025	Não exerce outros cargos	Sim	14/04/2022

Os Conselheiros Fiscais Suplentes são convocados a participar das reuniões do Conselho Fiscal nas ausências dos Conselheiros Fiscais Titulares.

Item 7.3 (I). Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal fornecer informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:

Conselho Fiscal:

Sr. Paulo Sérgio Buzaid Tohmé. Advogado, formado em Direito pela Universidade Mackenzie e Pós graduado em Direito Processual, nos últimos anos, atuou como: (1) sócio da Leão e Tohmé Advogados Associados (1994-2011); (2) membro suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.; e (3) membro do Conselho Fiscal de empresas do Grupo Klabin S/A. Atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.

Sr. Gilberto Lério. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Cidade de São Paulo e Ciências Jurídicas Universidade de Guarulhos. Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Galvão Engenharia S/A, que atua na prestação de serviços de engenharia e construção industrial; (2) Conselheiro Fiscal Suplente da Telefônica, empresa que atua no ramo de telecomunicações; (3) Membro do Conselho Fiscal da Brascod Comercio Importação e Exportação Ltda; (4) Membro do Conselho de Administração da Protende Sistemas e Métodos de Construções Ltda; (5) Membro do Conselho de Administração da Plastifluor Industria Comercio de Vedações Ltda.; e (6) Atual Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Sr. Adeildo Paulino. Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-graduado em Administração Financeira pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Atual membro titular do Conselho Fiscal de 05 (cinco) empresas do ramo de manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeiras para a venda a indústria de celulose e papel, ex-Membro Titular do Conselho Fiscal da ABECs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) e do Conselho Fiscal da Seicho-No-Ie do Brasil. Sócio da BRW Consultoria desde janeiro de 2009 e Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.

Sra. Zeila Thoaldo Canteri. Graduada em Ciências Contábeis, com certificação em auditoria interna pela IIA (CIA) e como membro de comitê de auditoria pelo IBGC, com carreira consolidada com experiência em governança, auditoria, gestão de risco operacional, regulatório, de tecnologia e risco integrado, tendo atuado em empresas líderes de mercado como EY, HSBC e Bradesco. Nos últimos 5 anos atuou como Superintendente Executiva de Controle Interno e Risco Operacional no Banco Bradesco S/A.

Sr. Mário Antonio Luiz Corrêa. Nos últimos 5 anos, atuou como: (1) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Holdings S/A., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (2) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Agropecuária Ltda., cuja atividade principal é a produção agropecuária em terras próprias ou alheias, e a comercialização dos seus produtos, podendo participar em

outras sociedades como quotista ou acionista; (3) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Gepel Rural S/A., cuja atividade principal é a exploração agropecuária e florestal; (4) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Tantra Participações Ltda., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; (5) atuou como membro do Conselho Fiscal de empresas do Grupo Klabin S/A. (Celucat S/A, Papelão Ondulado do Nordeste S/A - PONS A e Bacell S/A); e (6) atual membro suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.

Flávio da Silveira dos Anjos. Formado em Administração de Empresas pela Unisant'ana, em Teologia pelo Seminário Teológico Bíblico, pós graduado em Liderança pela Faculdade Teológica Sul Americana e possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Flávio tem 30 anos de experiência em finanças e administração de empresas. Especializado em Planejamento Financeiro, Gestão Contábil e Tributário, Governança Corporativa, M&A, Gestão de tesouraria e administrativa, já atuou como Gerente Financeiro na Bell Micro Products, Controller na Megaware Industrial Ltda., Consultor Financeiro na Wert Capital Assessoria Empresarial e Diretor Financeiro na Tellus Comércio Imp. E Exp. Ltda. Atualmente é Diretor da Companhia Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo e Consultor Financeiro na empresa Revisora Paulista-Contabilidade

Sra. Vivian do Valle Souza Leão Mikui. Formada em Administração de Empresa pelo Mackenzie, em Direito pela FMU e Comunicação Social pela ESPM. Atuou como Membro do Conselho fiscal da Klabin S/A por 16 anos, membro do conselho de administração da Klabin e sócia da Leão e Tohmé Advogados Associados desde 2001. É membro suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.

Sra. Ivanyra Maura de Medeiros Correia. Formada em engenharia de produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA na Tha Wharton School e com certificações como conselheira de administração e conselheira fiscal pelo IBGC. Atualmente é membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Risco do Grupo Baumgart, membro do Comitê de Auditoria da Eletronuclear e Conselheira do PIOB, organismo internacional de supervisão das normas internacionais de auditoria. Anteriormente, atuou como: Conselheira Fiscal Externa do Banco Bradesco S.A. por quatro anos, Conselheira de Administração Independente do Serpro, Conselheira de Administração Zurich Resseguradora S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Statkraft Energias Renováveis S.A., Presidente do Conselho Fiscal Brasileira Participações S.A. (BNDESPar e AES), Conselheira de Administração Suplente da Invepar S.A. e Conselheira Fiscal Suplente da Tecnisa

Item 7.3 (m). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- (i) qualquer condenação criminal;**
- (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; e**
- (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

Os membros do Conselho Fiscal indicados, declararam, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não estiveram sujeitos a qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, Banco do Brasil ou Superintendência de Seguros Privados; e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, todos os membros do Conselho Fiscal declaram não serem Pessoas Expostas Politicamente, conforme definido na regulamentação.

Item 7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, tendo em vista que não está sendo proposta nenhuma alteração na composição dos comitês da Companhia.

Item 7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor;

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho Fiscal não são considerados administradores

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, direta ou indiretas, do emissor;

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho Fiscal não são considerados administradores.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho Fiscal não são considerados administradores.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor.

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho Fiscal não são considerados administradores.

Item 7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social;

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho Fiscal não são considerados administradores.

b. controlador direto ou indireto do emissor;

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho Fiscal não são considerados administradores

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho Fiscal não são considerados administradores.